

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 310/XII/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A MANUTENÇÃO EM FUNCIONAMENTO DA MATERNIDADE ALFREDO DA COSTA NAS INSTALAÇÕES ATUAIS, A SALVAGUARDA DA ESTABILIDADE E INTEGRIDADE DAS SUAS EQUIPAS E A SUA TRANSFERÊNCIA PARA O NOVO HOSPITAL DE LISBOA

A evolução da prestação de cuidados à mulher grávida e aos recém-nascidos é indissociável da história da Maternidade Alfredo da Costa (MAC), seja na sua configuração atual seja nos processos que lhe deram origem.

Em Lisboa, a prestação de cuidados à grávida iniciou-se após o terramoto de 1755. Esta tragédia, que destruiu mais de metade da cidade, aniquilou também o Hospital de Todos os Santos. As/Os doentes que aqui se encontravam foram transferidas/os para o edifício do Colégio de Santo Antão, que foi convertido em Hospital Real de São José (hoje, Hospital de São José, inserido no Centro Hospitalar Lisboa Central).

Este hospital possuía nove enfermarias; uma delas foi destinada a grávidas e parturientes e denominou-se Santa Bárbara. Alguns anos depois, a enfermaria de Santa Bárbara foi transferida para um espaço mais conveniente (ainda que muito deficitário) e passou a dispor de 55 camas.

Em 1906, o diretor deste serviço, Alfredo da Costa, entregou ao Conselho da Escola Médico-Cirúrgica um extenso relatório onde afirmava que o apoio às grávidas e parturientes estava muito aquém do desejado. Quatro anos depois, Alfredo da Costa

faleceu, tendo-se constituído uma comissão de homenagem ao seu trabalho que envidou esforços para a construção de uma maternidade.

Assim, no dia 31 de maio de 1932 foi inaugurada em Lisboa a MAC, num edifício construído de raiz de acordo com um projeto de arquitetura de Ventura Terra e tendo Augusto Monjardino e Costa Sacadura como diretor e subdiretor, respetivamente. A MAC abriu ao público a 5 de dezembro deste ano com 300 camas, sendo 250 delas destinadas a obstetrícia. O afluxo de utentes à MAC cresceu exponencialmente e esta instituição rapidamente se afirmou pela excelência dos cuidados médicos prestados e também pelo trabalho científico produzido.

Desde então e até aos nossos dias, a prestação de cuidados à mulher grávida bem como ao recém-nascido têm vindo a crescer, sendo inquestionável a sua importância. Após o 25 de Abril e como consequência da criação do Serviço Nacional de Saúde, a prestação de cuidados médicos à mulher grávida e ao recém-nascido expandiu-se, sendo uma das suas inúmeras conquistas a drástica redução na taxa de mortalidade infantil e no número de partos realizados em casa, sem assistência médica.

Para estas conquistas se efetivarem, foi fundamental a instauração de um SNS público bem como o investimento na formação de profissionais especializados e diferenciados, capazes de prestar serviços adequados e assegurar respostas adaptadas às diversas complicações que podem ocorrer antes, durante e após a gravidez e o parto.

Ao longo destes anos, a MAC manteve-se sempre como uma referência nos serviços prestados, na qualidade e alta diferenciação das equipas e na formação de novos especialistas, médicos e enfermeiros. Desde a sua fundação, nasceram mais de 550 mil bebés na MAC; nos últimos anos, o número de consultas, urgências, tratamentos e partos efetuados na MAC tem vindo a aumentar.

Em 2009 registaram-se 5244 partos, em 2010 nasceram 5328 bebés enquanto em 2011 foram assistidos 5583 nascimentos. Em 2012, até 31 de março, a MAC fez 1264 partos.

Estes números são inequivocamente superiores aos de qualquer outra maternidade ou serviço de obstetrícia, público ou privado da área da grande Lisboa, e mesmo no país.

Atualmente, a MAC é um Centro de Apoio Perinatal Diferenciado, contendo unidades de obstetrícia e ginecologia de diferenciação (especializadas na gravidez e partos de risco),

neonatologia e de cuidados intensivos neonatais, destinadas ao internamento e acompanhamento de prematuros, bem como um pioneiro Banco de Leite Humano e um centro de procriação medicamente assistida.

Não obstante a inquestionável qualidade da MAC, reconhecida tanto pela população como pela comunidade médica, o atual Governo anunciou o seu encerramento, originando uma onda de protesto dentro e fora da MAC. Esta decisão do Governo é incompreensível e não é fundamentada do ponto de vista técnico, científico e clínico, e colide frontalmente quer com a diferenciação da MAC quer com o número de partos aí realizados, fatores que destacam a MAC de todos os outros serviços de obstetrícia da zona de Lisboa.

Os motivos evocados pelo Governo para o encerramento da MAC são incompreensíveis e sem correspondência com a realidade. Não é verdade que o número de partos na MAC tenha diminuído. Diz o Governo que a MAC deve fechar porque não está inserida num hospital geral, escamoteando a sua integração recente no Centro Hospitalar Lisboa Central e que existem outras maternidades, como a Júlio Dinis, no Porto, ou a Bissaya Barreto e Daniel Matos em Coimbra, que não estão inseridas em hospitais e, tanto quanto se sabe, o Governo não pretende fechá-las.

O Governo invoca ainda a necessidade de distribuir melhor médicos e enfermeiros especialistas - supostamente excedentários, por outros centros hospitalares da região de Lisboa e do país, preparando-se de facto - e ao contrário do que diz - para desmembrar as equipas da MAC.

Todas as provas e todas as evidências apontam no sentido de manter a MAC em funcionamento, assegurando a estabilidade das suas equipas e a excelência dos serviços médicos prestados. Não há quaisquer razões clínicas, objetivas e demonstráveis, que justifiquem o encerramento da MAC. Pelo contrário: o encerramento da MAC implicaria a desintegração das equipas técnicas que aí trabalham, altamente qualificadas e diferenciadas, que seriam divididas por diversos hospitais da região de Lisboa, perdendo-se assim as suas competências adquiridas ao longo de muitos e muitos anos.

A MAC é a livre escolha de mães e pais para aí terem os seus filhos e, também, a referência escolhida pelos médicos para os casos de maior risco ou complexidade, razões pelas quais se tornou na maternidade que mais partos realiza.

A MAC é assim a maior e melhor maternidade do país, nada ficará melhor na rede de cuidados materno-infantis depois do seu encerramento ou do desmantelamento das suas equipas. Nada fica melhor quando se acaba com o que é melhor.

A MAC foi recentemente integrada no Centro Hospitalar de Lisboa Central (EPE) e decorre atualmente o processo de reforço e melhoria da sua articulação com os restantes serviços e hospitais do CHLC, processo que o Governo pretende interromper quando, o mais necessário, é a sua continuação e conclusão.

Estando prevista a construção do novo Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, para onde serão transferidos todos os hospitais do CHLC, não tem qualquer lógica encerrar agora a MAC, retirando ao CHLC a melhor maternidade de Lisboa, na qual também foram investidos ao longo dos últimos anos muitos milhões de euros quer em novas instalações quer na aquisição dos melhores equipamentos e tecnologia o que, aliás, tem permitido uma resposta altamente diferenciada e só disponível na Alfredo da Costa.

A Maternidade Alfredo da Costa, integrada no CHLC, deve continuar a funcionar até ao momento em que seja possível a sua transferência para o novo Hospital de Todos os Santos. Encerrar agora a Maternidade Alfredo da Costa, como o Governo pretende, não tem qualquer fundamento nem racionalidade. Não é aceitável que o Governo concretize o fecho da MAC para induzir a deslocação de grávidas quer para as maternidades privadas quer para os hospitais da coroa de Lisboa geridos por parcerias público-privadas (Cascais, Loures e Vila Franca de Xira). E muito menos se pode aceitar que seja a expectativa de um negócio imobiliário que motive o Governo a tomar uma decisão que provavelmente acarretará graves prejuízos à qualidade da assistência materno-infantil da região de Lisboa.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

- a manutenção em funcionamento da Maternidade Alfredo da Costa nas instalações onde atualmente se situa, até à inauguração do novo hospital de Lisboa, para o qual devem, então, ser transferidos os serviços e profissionais da MAC;

- o financiamento necessário e adequado ao volume e diferenciação dos cuidados prestados na MAC;
- que assegure a estabilidade e integridade das equipas da MAC, salvaguardando a sua elevada diferenciação, e a capacidade de satisfazer a procura dos seus serviços.

Assembleia da República, 26 de abril de 2012.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,